

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**A LUTA PELA CONQUISTA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DE UM CONSELHO MUNICIPAL**

Aluna: Liz Amaral Saraiva

Orientadora Prof^a. Dr^a. Katia Regina Moreno Caiado

Co-orientadora: Rosimeire Maria Orlando Zeppone

São Carlos, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

LIZ AMARAL SARAIVA

**A LUTA PELA CONQUISTA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DE UM CONSELHO MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de graduação de Licenciatura em Educação Especial, na Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Katia R. M. Caiado e Co-orientação da Prof^ª Dr^ª Rosimeire M. O. Zeppone.

SÃO CARLOS

2013

“Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a toda minha família, em especial a Vovó Joanica, com quem aprendi os primeiros passos da Educação Especial.”

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram fundamentais nessa caminhada. Não caberia em poucas palavras a gratidão que tenho a cada uma delas. Cada um contribuiu muito para que eu conseguisse cumprir essa etapa da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer principalmente as “minhas mães” Mamãe e Lilian; aos “meus pais” Papai e João Antonio e meus irmãos Lui e Léo.

Agradeço também a equipe do COMUDE e as “minhas” orientadora e co-orientadora Prof^a Dr^a Katia e Prof^a Dr^a Rosimeire, que me incentivaram a estudar esse tema e sempre me apoiaram desde o início.

Espero poder retribuir a cada um o que fizeram por mim e desculpem aqueles que não foram citados, mas tenham a certeza que estão comigo sempre. Obrigada.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I – O MOVIMENTO POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	4
CAPÍTULO II – CONSELHO DO DEFICIENTE: MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS	8
CAPÍTULO III – CONSELHOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	11
Conselho Nacional do Deficiente.....	11
Conselhos Estaduais e Municipais do Deficiente	12
CAPÍTULO IV – CONSELHO MUNICIPAL DO DEFICIENTE: COMUDE (DESCALVADO-SP)	15
Análise da entrevista com o Conselheiro	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
APÊNDICE A	23
APÊNDICE B	24
APÊNDICE C	29
ANEXO A	32

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Dissertações e Teses do portal da CAPES	9
Quadro 2. Conselhos Municipais e Estaduais do Deficiente	15

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como ponto de partida os estudos realizados em uma disciplina da graduação que, tem como foco os Conselhos dos Deficientes. A busca de aprofundamento deste se deu por ser uma área silenciada, com poucas pesquisas realizadas. Este trabalho tem como objetivo estudar a organização dos Conselhos sobre o direito das pessoas com deficiência, conhecer a organização de um Conselho Municipal no estado de São Paulo, pesquisar os primeiros movimentos sociais das pessoas com deficiência no Brasil e estudar como surgiram os Conselhos dos Deficientes, sobretudo os Conselhos Municipais. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo e utilizou como procedimento metodológico a entrevista com roteiro semi estruturado e a análise documental. Como resultados apontamos que o tema ainda é pouco estudado e merece uma atenção maior, pois é possível notar que os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais tem importante função de auxiliar as pessoas com deficiência na luta por seus direitos.

Palavras-chave: Educação Especial; Conselho Nacional do Deficiente; Conselho Municipal do Deficiente; Criação de Conselhos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como foco os direitos das pessoas com deficiência. A escolha para trabalhar com este tema foi feita através dos primeiros contatos em uma disciplina no decorrer do curso de Licenciatura em Educação Especial, e também após conhecer o Conselho Municipal do Deficiente – COMUDE na cidade de Descalvado/SP.

Este trabalho tem como objetivo geral estudar a organização dos Conselhos sobre o direito das pessoas com deficiência. E como objetivo específico conhecer a organização de um Conselho Municipal no estado de São Paulo, pesquisar os primeiros movimentos sociais das pessoas com deficiência no Brasil e estudar como surgiram os Conselhos dos Deficientes, sobretudo os Conselhos Municipais.

O trabalho pode ser classificado como uma pesquisa de abordagem qualitativa, já que a investigação qualitativa é descritiva, e busca analisar os dados em sua riqueza, respeitando o máximo possível a forma em que foram registrados. Uma pesquisa qualitativa deve demonstrar interesse não só pelo resultado final e sem pelo processo que foi feito.

Para Bogdan e Biklen (1994) a relação entre o pesquisador e o participante deve acontecer de uma maneira natural, deixando o indivíduo à vontade para contar o que achar necessário e pertinente para o trabalho. Como procedimento metodológico utilizou-se a entrevista com roteiro semi estruturado e análise documental.

A análise dos dados foi realizada a partir da transcrição da entrevista de um sujeito e envolveu a organização dos dados e sua categorização destacando os aspectos mais importantes. Nesta direção, foi analisada uma entrevista feita com um representante do Conselho Municipal do Deficiente, de Descalvado/SP.

O contato com o Conselheiro foi feito através de conversas e visitas ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, nessas visitas foi oferecido a pesquisadora vários materiais com a temática do trabalho, os quais foram de extrema importância para a elaboração desta pesquisa.

A entrevista foi previamente marcada, com data e local de escolha no entrevistado, preservando a identidade do mesmo, sendo solicitada a autorização para que fossem gravadas e transcritas na íntegra, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o término da transcrição, foi levada ao participante o material para que ele analisasse e conferisse a transcrição, após a conferência a análise foi iniciada.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos. O capítulo I apresenta algumas informações sobre o movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Partindo de um levantamento das produções acadêmicas brasileiras sobre tal temática, que confirma o fato de ser uma área ainda silenciada e que precisa ser aprofundada, o capítulo II destaca estas produções. No capítulo III são apresentados dados sobre a formação dos Conselhos do Deficiente, nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal, dando destaque às metas, competências, objetivos, planos, propostas e parcerias realizadas para o atendimento das pessoas com deficiência. Os dados e as análises do trabalho de campo são apresentadas no capítulo IV. Por fim, nas considerações finais é apresentada a análise do trabalho e aponta as possibilidades e os limites dos Conselhos do Deficiente.

De forma alguma este trabalho pretende ser conclusivo, mas espera-se que seus resultados possam trazer colaborações para a área.

CAPÍTULO I – O MOVIMENTO POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Lanna (2010) traz o histórico das primeiras preocupações com as pessoas com deficiência no Brasil, que surgiram em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), e em 1856, com o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) a partir destas criações, o Brasil recebeu o título de primeiro país da América Latina a fornecer atendimento às pessoas com deficiência. Neste período, as instituições eram consideradas internatos, instituições de ensino e o objetivo principal era inserir seus alunos na sociedade, oferecer o ensino de letras, ciências, religião e ofícios manuais.

A partir da década de 1920, surgiram iniciativas para o atendimento das pessoas com deficiência intelectual, foram os movimentos pestalozziano e apaeano. Antes do surgimento desses movimentos, a deficiência intelectual era tratada como uma forma de loucura e internados em hospícios (LANNA, 2010).

Já os primeiros centros de reabilitação surgiram na década de 1950, para atender as pessoas afetadas pela poliomielite. Um dos primeiros centros de reabilitação do Brasil foi a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), fundada em 1954, pelo arquiteto Fernando Lemos, que tinha um filho com sequelas de poliomielite (LANNA, 2010).

Após estas informações é possível notar que as pessoas com deficiência tinham pouca ou nenhuma autonomia em relação às decisões que lhes desrespeitavam. Observa-se também que alguns desses movimentos partiram dos familiares das pessoas com deficiência, demonstrando preocupação e interesse para uma vida mais independente para a pessoa com deficiência. Esses foram os primeiros passos para o surgimento de movimentos associativistas das pessoas com deficiência.

Afirma Lanna (2010), que o primeiro movimento associativista, das pessoas com deficiência no Brasil, surgiu na década de 1950, composto por pessoas com deficiência visual, essas novas associações defendiam interesses econômicos, mecanismos para a organização de suas lutas e melhoria de sua posição no espaço social. Após o primeiro movimento associativista, na década de 1960, surgiram novas organizações, que defendiam a possibilidade de internar cegos em instituições. Considerando esta atitude como exclusão e reforço à discriminação, essas novas associações se diferenciam das antigas por defenderem

interesses além dos econômicos, lutavam também por educação, profissionalização, cultura e lazer.

O segundo movimento a surgir no Brasil, foi o movimento dos surdos, que defendia a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), cultura e identidade surda. A maioria das associações de surdos surgiram no período em que a Língua de Sinais foi proibida de ser usada (final do século XIX), então os integrantes se encontravam para manterem a cultura do uso de sinais e defenderem essa língua (LANNA, 2010).

Outra organização foi a das pessoas com deficiência física, na década de 1970. Este movimento não tinha nenhum objetivo político específico, eles defendiam principalmente assuntos relacionados ao esporte adaptado e iniciaram as discussões para os problemas mais comuns, como acessibilidade, por exemplo (MENDES; NEVES, 2006).

Através dos primeiros movimentos sociais, citados acima, foram surgindo novas organizações, criando assim a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes em 1979, quando associações de diferentes Estados e tipos de deficiência se reuniram para traçar estratégias de luta por direitos. O principal eixo das novas formas de organização e ações das pessoas com deficiência era criar oportunidades das pessoas com deficiência serem os protagonistas na condução das próprias vidas. Então realizaram reuniões entre os grupos com o objetivo de estabelecer metas nacionais para o movimento (LANNA, 2010).

A Coalizão afirmava a necessidade de articulação nacional do movimento para o amadurecimento de suas demandas, aumentar o potencial de reivindicação e articular as organizações de todo país. Uma grande realização da Coalizão foi a elaboração do 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que aconteceu em Brasília, de 22 a 25 de outubro de 1980. O objetivo do encontro foi criar diretrizes para a organização do movimento no Brasil, estabelecer uma pauta comum de reivindicações e definir critérios para as entidades que poderiam ser reconhecidas como integrantes da Coalizão. Durante o 1º Encontro formou-se a Comissão Executiva responsável por desenvolver os trabalhos para efetivar a criação da Federação Nacional das Entidades de Pessoas Deficientes e programar as atividades da Coalizão. (LANNA, 2010)

Segundo Lanna (2010) o 1º Encontro marcou a força política das pessoas com deficiência no cenário nacional e as aproximou, foi possível que trocassem experiências, descobriram que tinham dificuldades em comum, que os problemas eram coletivos e que as batalhas e as conquistas deveriam visar ao espaço público.

Outro evento marcante para os movimentos foi o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) - 1981, tendo início em 1976, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou, durante a 31ª sessão da Assembléia Geral, sob o tema “Participação Plena” que os objetivos principais do AIPD em relação às pessoas com deficiência eram: ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade, promover esforços, nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; encorajar projetos de estudo e pesquisa visando a integração às atividades de vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos; educar e informar o público sobre os direitos de participar e contribuir em vários aspectos da vida social, econômica e política. (BRASIL, 2011)

Lanna (2010) traz como informação que a Comissão Nacional do AIPD era formada por representantes do Poder Executivo, de entidades não governamentais de reabilitação e educação de pessoas com deficiência. Não havia na Comissão Nacional do AIPD nenhuma vaga para entidades formadas por pessoas com deficiência, o que foi motivo de grande insatisfação por parte do movimento. A Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes reivindicou sobre a ausência de pessoas com deficiência na Comissão e solicitou a mudança. Pode-se afirmar então que o AIPD cumpriu o objetivo desejado pela ONU.

No Brasil, as pessoas com deficiência ganharam destaque, suas reivindicações por direitos e suas mobilizações se fizeram notar como nunca antes havia acontecido. Esta foi a contribuição do AIPD: a visibilidade. Em 1981, de 26 a 30 de outubro, foi realizado em Recife o 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes e o 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes, trazendo como tema “A realidade das pessoas com deficiência no Brasil, hoje”, que contou com palestras, painéis, mesas-redondas e grupos de estudos que tratavam sobre temas como trabalho, educação, prevenção de deficiências, acessibilidade, legislação e organização do movimento das pessoas com deficiência.

O 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, realizado em São Bernardo do Campo, de 13 a 17 de julho de 1983, tinha como tema: “Organização Nacional das Pessoas Deficientes”, formaram-se grupos de trabalho por área de deficiência. Após o 3º Encontro foi decidido que cada área de deficiência deveria organizar sua federação nacional e, para discutir as questões comuns, seria criado o Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. A Coalizão seria extinta assim que o Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes começasse a funcionar. Contudo, a Coalizão teve sua existência prolongada, agora com a tarefa de fazer funcionar o Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. A

decisão realizada no 3º Encontro provocou um rearranjo no movimento das pessoas com deficiência no Brasil e a definição de uma nova estratégia política: organização nacional por tipo de deficiência. Embora as pessoas com deficiência tenham envidado esforços para continuar discutindo questões comuns, a proposta do Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes não se efetivou. (LANNA, 2010)

O propósito inicial de formar um movimento único se perdeu com a dificuldade de atender, naquele momento, às necessidades específicas de cada área de manifestação da deficiência. A separação por áreas de deficiência refletia a diversidade de aspirações existentes no movimento. As especificidades de cada grupo, as dificuldades de consenso. A estratégia de separar por área de deficiência visava melhor atender às especificidades de cada uma, sem excluir a ação conjuntura para as questões de âmbito geral.

As organizações criadas por área de deficiência foram: O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN), Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC). No final da década de 1980 surgiu o Movimento de Vida Independente (MVI) no Brasil. O MVI foi o movimento de inclusão social cujos princípios foram ditados pelas próprias pessoas com deficiências que não aceitavam ficar à margem da sociedade e à mercê das instituições, especialistas e familiares, que decidiam tudo por elas. O MVI busca o desenvolvimento individual das pessoas com deficiência através da divulgação do conceito de vida independente e do oferecimento de serviços e informações para que as mesmas adquiram autonomia na realização das atividades da vida diária, tomem as próprias decisões, se responsabilizem por suas escolhas e assumam as consequências destas. (LANNA, 2010)

Com todas essas informações é possível perceber que os movimentos das pessoas com deficiência ganhou força com o passar do anos, criando novas organizações, associações e ganhando espaço na sociedade. Fechando a década de 1980 com um movimento mais ativo, direcionado para uma vida independente, com emprego, escolarização e que todos seus direitos fossem respeitados. É possível notar que nos dias de hoje temos o reflexo desses movimentos, com as conquistas de direitos das pessoas com deficiência. Um exemplo de conquista são os Conselhos da Pessoa com Deficiência, que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – CONSELHO DO DEFICIENTE: MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Como vimos anteriormente, há todo um movimento histórico, social e cultural que permite identificarmos alguns reflexos das conquistas dos direitos das pessoas com deficiência. Se este contexto nos dá esse panorama, que pistas nos dá a produção científica?

Na busca de resposta para essa questão, realizou-se através de consultas no portal da CAPES, um mapeamento das produções no período de 2000 a 2010, com o objetivo de realizar um balanço sobre as produções acadêmicas que estudam sobre Conselhos dos Deficientes.

Foram usados os seguintes descritores: CONADE (3 títulos); direito social do deficiente (106 títulos), conselho da pessoa com deficiência (28 títulos), totalizando 137 títulos.

Após a leitura de todos os resumos foram selecionados 6 títulos, nas áreas de: Administração, Direito, Educação Especial, História, e Serviço Social, os quais têm um enfoque maior na área desejada, ou seja, Conselhos do Deficiente, justifica-se a queda devido ao foco da pesquisa, pois os títulos encontrados abrangiam outras áreas. Através destes dados, é possível notar que o tema estudado é diluído em Programas de pós-graduação de diferentes instituições, tanto públicas quanto privadas. Embora praticamente escassos, os dados apontam a variedade de programas que pesquisam este tema. É possível notar que na área de Direito o número de trabalhos foi maior, provavelmente isto aconteça por se tratar de um assunto muito comum na área citada. Na área de Administração foi encontrado este tema focando a empregabilidade de deficientes, já em Serviço Social é abordado o assunto de Conselhos por ser tratar de um campo que também interessa a tais pesquisadores, a situação e condição de vida dessas pessoas. Em relação à Educação Especial também foi encontrado apenas um trabalho, mas focado no deficiente em geral, por ser um campo que estuda a educação, as condições de vida, estudo do aluno com deficiência.

Com o quadro abaixo é possível visualizar melhor tais informações.

Quadro 1. Dissertações e Teses do portal da CAPES

Título	Autor/Ano/Orientador	Nível	Instituição/Área
Políticas Públicas para pessoas com Deficiência no Brasil	TEIXEIRA (2010) Orientador: Prof. Dr. Mario Aquino Alves	Mestrado	FGV-SP/Administração
Representações e Propostas de Ação de Atores Específicos do Campo da Pessoa com Deficiência: IBDD e CONADE	PACHECO (2010) Orientador: Prof. Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim	Mestrado	UFF/Direito
Movimentos Sociais, Auto-Advocacia e Educação para a Cidadania de Pessoas com Deficiência Mental	NEVES (2000) Orientadora: Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes	Mestrado	UFSCar/Educação Especial
Visibilidade e Participação Política – Um Estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói	OLIVEIRA (2010) Orientadora: Profa. Dra. Ilda Lopes Rodrigues da Silva	Mestrado	PUC-RJ/Serviço Social
Da Invisibilidade à Construção da Própria Cidadania. Os Obstáculos, as Estratégias e as Conquistas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil, através das Histórias de Vida de Seus Líderes	CRESPO (2009) Orientadora: Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi	Doutorado	USP/História

Como já era esperado, o número de dissertações de mestrado (5) é maior que o número de teses de doutorado (1). Provavelmente devido ao tempo que se leva para elaborar cada um dos trabalhos, ou seja, as teses são mais demoradas, e talvez a descontinuidade de trabalhos com o tema.

Observou-se que os trabalhos foram feitos em um intervalo de uma década (2000-2010), talvez tenha sido mais estudado neste período devido à data de criação do Conselho

Nacional do Deficiente em 1999, pelo Decreto 3.076/99 e, que em 2009 completou dez anos de existência. Neste intervalo foram surgindo os primeiros Conselhos Estaduais e Municipais do Deficiente no Brasil.

Os trabalhos selecionados para o estudo foram¹:

O trabalho de mestrado “Políticas Públicas para pessoas com Deficiência no Brasil (TEIXEIRA, 2010), teve como objetivos compreender como a temática da deficiência entrou no campo das políticas públicas brasileiras, identificar quem são as pessoas com deficiência no Brasil. Como resultados a autora trouxe pontos importantes como a necessidade de identificar o perfil da pessoa com deficiência no Brasil e o fato de que a pobreza está altamente relacionada com a deficiência. A falta de acesso à saúde, saneamento básico, infraestrutura e educação aumentam consideravelmente a chance de uma pessoa nascer ou adquirir algum tipo de deficiência. Aponta também que o nível de escolaridade dos deficientes é menor do que o nível de escolaridade das pessoas sem deficiência e que a criação de políticas, conselhos e programas contribuem para a inclusão, mas não são bem utilizados devido a ações mal formuladas.

Na dissertação “Representações e Propostas de Ação de Atores Específicos do Campo da Pessoa com Deficiência: IBDD e CONADE” (PACHECO, 2010), os objetivos foram construir uma compreensão de forma científica sobre o associativismo das pessoas com deficiência, acompanhar as práticas sociais e institucionais da associação das pessoas com deficiência de modo a compreender os principais problemas por eles enfrentados, e sua relação direta com a reivindicação por direitos e cidadania dessa minoria. Como resultados a autora afirma que as respostas associativas são imprescindíveis para promover uma efetiva inclusão da pessoa com deficiência.

Em “Movimentos Sociais, Auto-Advocacia e Educação para a Cidadania de Pessoas com Deficiência Mental” Neves, (2000) teve como objetivos, estudar aspectos de movimentos que estão configurados como movimentos sociais para a construção da cidadania das pessoas com deficiências no âmbito da sociedade brasileira, descrever e analisar a organização e o funcionamento de movimentos de defesa dos direitos de pessoas com deficiência na realidade brasileira, permitindo um conhecimento mais amplo sobre a história desses movimentos, analisar e avaliar os resultados das ações implementadas por esses movimentos. Os resultados foram a estimulação e apoio as pessoas com deficiência intelectual, conseguem mostrar a importância de terem voz própria para expor suas necessidades e expectativas, deixando claro

¹ Dos seis trabalhos selecionados foram encontrados na íntegra cinco.

que muitas vezes, quando são representadas, não vêm representados também seus anseios de cidadania.

No trabalho de mestrado de Oliveira (2000) “Visibilidade e Participação Política – Um Estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPEDE) em Niterói” os objetivos foram compreender a participação política das pessoas com deficiência no COMPEDE – Niterói, descrever as ações desenvolvidas, identificar as formas de ação desenvolvidas; analisar as implicações dessas ações no espaço público e na sociedade. Em seus resultados aponta que, ainda são grandes as dificuldades que se apresentam frente à participação política da sociedade nos espaços decisórios do Conselho, esvaziamento das reuniões, participação mínima em eventos, resistência do governo em permitir a penetrações nas decisões das políticas públicas e de se responsabilizar pelos assuntos de ordem pública.

Na única tese de doutorado encontrada, intitulada: “Da Invisibilidade à Construção da Própria Cidadania. Os Obstáculos, as Estratégias e as Conquistas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil, através das Histórias de Vida de Seus Líderes” (CRESPO, 2009), os objetivos eram dar visibilidade e proporcionar reconhecimento ao movimento social das pessoas com deficiência em defesa de seus direitos civis e humanos, no Brasil. E como resultados foi observar as narrativas dos líderes entrevistados e vislumbrar como cada um deles contribuiu para construir o multifacetado movimento das pessoas deficientes.

Com o detalhamento dos trabalhos é possível notar a diversidade dos objetivos propostos e dos resultados encontrados. Do total de trabalhos localizados, apenas um (2000) tem como foco a formação de um Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, apontando a importância de mais trabalhos nesta direção.

CAPÍTULO III – CONSELHOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Segundo Gomes (2000), os Conselhos são instâncias permanentes, sistemáticas, institucionais, formais e criadas por leis. O Conselho é também o lugar de disputa de propostas, são compostos por representações da sociedade civil e do governo.

Quanto à formação técnica, os conselheiros da sociedade civil estão bem aquém do necessário para participar. A intervenção política de cada conselheiro depende do suporte oferecido pela entidade ou organização que representa (BARBOSA, 2000).

Para ser conselheiro a vivência política não é suficiente, é preciso conhecer como funciona o Conselho e a máquina pública. O espaço de participação dos Conselhos deve ser um instrumento de participação e conquista na definição de recursos para as Políticas Públicas. O maior desafio dos Conselhos é a conquista de políticas públicas que ainda não estão construídas (BONFIM, 2000).

Para Teixeira (2000), a eficácia de um Conselho é medida pelo conhecimento da máquina administrativa, a regularidade das reuniões, a participação no orçamento e a formulação de propostas.

Assim, para que um Conselho seja bem sucedido, os conselheiros devem ter conhecimentos na área de atuação, conhecimentos políticos e receberem sempre capacitação, devem sempre estarem atualizados em relação à parte política, novas leis, decretos. E vencer o maior desafio, que já foi citado, que é conquista de políticas públicas para o Conselho.

No que diz respeito ao Conselho do Deficiente, ele tem como finalidade representar as pessoas com deficiência, elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse dessas pessoas (CEPAM, 2009).

O momento, então é, o de conhecer melhor este contexto.

Conselho Nacional do Deficiente

Em relação ao Conselho Nacional do Deficiente (CONADE) foram encontrados alguns dados no site oficial sobre a sua criação e função. Este Conselho foi criado em 3 de dezembro de 1999, após dez anos da promulgação da Lei 7.853/1989, que criou as normas gerais para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, como um órgão superior de deliberação coletiva com a atribuição principal de

garantir a implementação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O decreto 3.076/99, criador do CONADE, determinou que o órgão fosse constituído paritariamente por representantes do Poder Público e da sociedade civil, ficando sob a responsabilidade do ministro de Estado da Justiça disciplinar o funcionamento do órgão. (BRASIL, 1999)

Segundo o IBGE, Censo 2010, no Brasil existem 27 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 17% da população brasileira. O CONADE foi criado para que essa população possa tomar parte do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas à pessoa com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores de administração pública direta e indireta.

Quanto às competências do CONADE, destacam o zelo pela implantação da Política Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência; o acompanhamento do planejamento e a avaliação da execução das políticas setoriais relativas à pessoa com deficiência; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência; propor a elaboração de estudos e pesquisas; propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência; entre outras (BRASIL, 2011).

Atualmente o CONADE é responsável por duas Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e quatro Encontros Nacionais de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2011).

Com essas informações é possível apontar que o CONADE é a base para a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais do Deficiente, que serão explorados adiante.

Conselhos Estaduais e Municipais do Deficiente

Muitas vezes os Conselhos são criados a partir de movimentos sociais, formando assim, diferentes canais de participação da população e criando instrumentos de incentivo para a construção da ação democrática participativa (OLIVEIRA, 2000).

As Diretrizes para criação de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2007) apresenta as informações de como devem ser criados os Conselhos Municipais da pessoa com deficiência, que tem papel de interlocutor do Poder Público com a

sociedade. É um órgão de representação das pessoas com deficiência e tem a função de elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse dessas pessoas.

Sendo um órgão do Poder Executivo, deve ser criado por lei, cujo projeto é de iniciativa do prefeito. Como qualquer colegiado, tem natureza deliberativa e suas decisões são veiculadas por meio de resoluções, aprovadas pela maioria de seus membros, na forma prevista em seu Regimento Interno.

Tem como atribuições formular diretrizes, elaborar planos e políticas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, além de realizar o controle social da execução dessas políticas. Os conselhos devem, ainda, acompanhar as discussões e deliberações sobre leis de interesse das pessoas com deficiência, além de sugerir aos parlamentares a apresentação de projetos ou de emendas a projetos que atendam aos interesses e prioridades dessa categoria de pessoas (BRASIL, 2011).

Para garantir a inclusão social das pessoas com deficiência, o município deve definir estratégias e metas de programas, envolvendo diferentes áreas: saúde, inserção no mercado de trabalho, educação, cultura, lazer e acessibilidade (CEPAM, 2009).

É possível notar que as metas para garantir a inclusão social devem partir de programas, muitas vezes criados por iniciativas das próprias pessoas com deficiência, mas com o apoio das autoridades do município, surgindo então os primeiros indícios para a criação de um Conselho Municipal do Deficiente.

A criação de um Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, deve ser feita à partir das orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e do Conselho Estadual de Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência (CEAPPD). É de responsabilidade da gestão oferecer capacitação permanente para os conselheiros municipais e a infra estrutura necessária para um funcionamento adequado (CEPAM, 2009).

Um Conselho só terá bons resultados e sucesso em suas metas quando receber o apoio necessário de todas as instâncias, sempre respeitando os modelos propostos pelos Conselhos Estaduais e Nacional de direitos do deficiente, sempre defendendo seus interesses.

Os gestores devem sempre estar atentos ao que já foi realizado no município e o que ainda deve ser feito e seus respectivos prazos, sempre consultando o público-alvo para saber se está sendo tudo feito da melhor maneira e o que ainda deve ser melhorado.

A finalidade de um Conselho Municipal do Deficiente é promover, orientar e coordenar as atividades voltadas para as pessoas com deficiência, implantar uma política de apoio, conscientizar a família e a população em geral sobre o posicionamento adequado que a sociedade deve ter em relação ao deficiente, reivindicando os direitos desses sujeitos quando necessário. O Conselho enquanto espaço público aumenta a possibilidade das pessoas com deficiência agirem em conjunto e exercerem o direito de intervir nos assuntos do município.

Diante desta realidade, quantos são e onde se localizam os Conselhos Municipais e Estaduais? A tabela abaixo apresenta o número de Conselhos Municipais e Estaduais registrados no site do CONADE (2012).

Quadro 2. Conselhos Municipais e Estaduais do Deficiente

Região/Natureza	Municipal	Estadual
Norte	-	1
Nordeste	4	4
Centro-oeste	2	2
Sudeste	3	4
Sul	2	1
TOTAL	11	12

Fonte: CONADE, 2011

É interessante ressaltar que os Conselhos listados são os que estão cadastrados no site oficial no CONADE, mas não são os únicos, inclusive o Conselho Municipal que será estudado não está contabilizado, sendo assim, este número pode sofrer variação. Então é possível apontar que os dados ditos oficiais estão diferentes dos dados da realidade. Fazendo assim com que muitos Conselhos fiquem silenciados e que pessoas com deficiência não os encontrem facilmente.

CAPÍTULO IV – CONSELHO MUNICIPAL DO DEFICIENTE: COMUDE (DESCALVADO-SP)

Este capítulo apresenta o estudo de um Conselho Municipal do Deficiente, que inclusive, não está listado nos dados oficiais do CONADE .

O Conselho Municipal do Deficiente – COMUDE – está localizado na cidade de Descalvado/SP, um município localizado a 242 km da capital, com 31.056 habitantes e 372 pessoas com deficiência.

O COMUDE de Descalvado foi criado em 20 de agosto de 2010 e junto com sua inauguração foram também elaboradas algumas metas, como: desenvolver e implantar o Plano de Acessibilidade do Município; promover o censo municipal para se aprimorar e acompanhar o número de pessoas com deficiência; priorizar o acesso às pessoas com deficiência no município; desenvolver plano de ação de adequação dos veículos da frota municipal às pessoas com deficiência; priorizar o atendimento e acesso aos estudos e estabelecimentos de ensino a todas as pessoas com deficiência; implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística do município; desenvolver plano de ação para empregabilidade das pessoas com deficiência; promover plano de ação para promoção e desenvolvimento do esporte, lazer e cultura para pessoas com deficiência; desenvolver plano de ação em parceria com o Estado e a União para atendimento das necessidades das pessoas com deficiência no município. Em pouco tempo de existência, já é possível notar o desenvolvimento do Conselho e sua visibilidade no município e para aprofundar esses dados realizou-se uma entrevista com um conselheiro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMUDE) no município de Descalvado e análise de documentos como a Ata do Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, apresentada em anexo, bem como a transcrição da entrevista no apêndice.

Análise da entrevista com o Conselheiro

Geraldo², o sujeito da entrevista, nasceu em 07/12/1965, portanto está com 47 anos, é solteiro e se graduou em Direito, hoje é presidente do COMUDE. Ele tem deficiência física, seqüela de poliomielite (ausência do membro inferior esquerdo).

² Nome fictício.

A entrevista foi realizada em um encontro no COMUDE e obedeceu a um roteiro semi-estruturado. Geraldo foi tranquilo durante a entrevista e sempre se mostrou disposto a responder as perguntas a ele dirigida.

Como estratégia de análise foi possível dividir a entrevista em temas: interesse em participar do COMUDE; composição do Conselho; Relação do COMUDE com a Instituição de Educação Especial no município. A entrevista na íntegra encontra-se no apêndice A.

Relembrando que o Conselho Municipal do Deficiente de Descalvado/SP foi instituído pela Lei Municipal nº 2641 de 17 de maio de 2006, tendo como finalidade deliberar, normatizar, fiscalizar e executar políticas relativas aos direitos da pessoa com deficiência. Sendo que o COMUDE é vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A organização do Conselho é dividida em duas partes: Plenário e Executiva. O Plenário é um órgão de deliberação plena e conclusiva, configurado pelas reuniões ordinária e extraordinária dos seus membros titulares com direito a votos, e tem por finalidade cumprir os requisitos de funcionamento. A Diretoria Executiva é subdividida em coordenador, vice-coordenador, primeiro secretário, segundo secretário e tesoureiro.

Nessa direção Geraldo aponta seu interesse em participar do COMUDE e a importância em lutar pelos direitos das pessoas com deficiência.

“(...) por se tratar de uma pessoa também com necessidade especial, nós procuramos algum Conselho para poder fazer parte, principalmente nas reivindicações pelos nossos direitos. Então à partir disso eu tive conhecimento de que ele existia.”

Geraldo conheceu o COMUDE através de uma colega, também com deficiência física, que na época, mais precisamente em 2005, estava lutando para a criação da lei que criasse o COMUDE, mas o prefeito ainda não havia assinado, adiando então a criação do Conselho. Geraldo começou a procurar informações sobre a criação de um Conselho Municipal do Deficiente, como já havia uma Constituição inicial do Conselho no município, foi necessário regulamentar o COMUDE através de portaria e de regimento interno, acontecendo então a efetiva criação do Conselho em 2009, nas palavras do Conselheiro:

“(...) ele [o prefeito] regulamentou a portaria que dava atribuição a nova formação do Conselho para elaborar o regimento interno e assim começar a desenvolver as utilidades em prol das pessoas com deficiência no município.”

Desde 2009, Geraldo luta pelos direitos da pessoa com deficiência através do Conselho Municipal do Deficiente, lembrando que ele foi convidado para assumir a coordenação do Conselho, no período de 2009 a 2012, como aponta a citação a seguir:

“(...) trabalhando por uma política pública já voltada ao atendimento das pessoas com deficiência e também seguindo aquilo que tinha sido definido no regimento interno do governo.”

Com esta frase de Geraldo, é possível notar que, no Conselho estudado, está acontecendo o que foi relatado no decorrer do trabalho, os Conselhos seguem o modelo estipulado pelos Conselhos Nacional e Estadual.

Quanto a composição do Conselho Municipal, Geraldo apontou que:

“(...) são 8 membros que fazem parte do COMUDE atualmente. Nós temos representantes da OAB que seria da sociedade civil, nós temos representantes da APAE, nós temos representantes do Poder Público, no caso da prefeitura e, obrigatoriamente, nós temos a participação de 3 pessoas com deficiência.”

Nota-se que o Conselho é composto por representantes de diferentes grupos, não apenas das pessoas com deficiência, mas que tem como objetivo comum a luta pelos direitos sociais destas pessoas.

São realizadas reuniões ordinárias a cada 60 dias, e, quando necessário a extraordinária por convocação do coordenador ou decorrência de requerimento subscrito por, no mínimo 6 conselheiros, sendo convocada com no mínimo 5 dias úteis de antecedência. As reuniões são realizadas com o mínimo de 50% de presença do corpo do Conselho. As reuniões devem obedecer a seguinte ordem: abertura com apresentação da pauta; apreciação e aprovação da ATA da reunião anterior, discussão e votação da matéria em pauta, momento

em que são tratados vários assuntos, relacionados sobretudo, aos direitos das pessoas com deficiência no município; leitura de correspondências e comunicações; registros de fatos e encerramento.

“(...) hoje a pessoa com deficiência nesse município tem vários desafios. Então hoje nós não temos ainda um transporte coletivo adequado, nós não temos um transporte escolar adequado, nós não temos um plano municipal de acessibilidade inteiramente implantando no município, nós não temos ainda um selo oficial da pessoa com deficiência no município.”

É possível notar que a prioridade do Conselho no momento é adequar o município de acordo com o Decreto 5296/01 que regulamenta a Lei 10048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e que especifica a Lei 10098/2000 que estabelece as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

O conselheiro também ressaltou que em cada reunião é traçado metas que deverão ser alcançadas através de mobilizações, reivindicações e, nas palavras de Geraldo:

“lutar pelo interesse das pessoas com deficiência, que o município tenha uma política pública voltada para o interesse das pessoas com deficiência.”

Quanto a relação do COMUDE com a Educação Especial no município, Geraldo afirmou que um grande parceiro do COMUDE é a Instituição de Educação Especial do município, que procuram sempre desenvolver um trabalho em conjunto, nas palavras de Geraldo:

“as pessoas precisam de um outro suporte, um suporte externo ao da [instituição]. Então seja na parte de cadeiras de rodas, seja na parte de órteses e próteses. Essas pessoas são encaminhadas aqui para nossa sessão para que a gente possa montar um processinho visando a

reivindicação junto ao governo estadual ou até mesmo a prefeitura (...)”.

Este trecho mostra que o papel da Instituição de Educação Especial com o COMUDE é de encaminhar a pessoa que necessita de auxílios para conseguir próteses, órteses, cadeiras de rodas, entre outros. Muitas vezes sendo necessário até entrar na parte social da família da pessoa com deficiência, como por exemplo indicar o recebimento de cestas básicas, encaminhamento para a concessão do Benefício de Prestação Contínua (BPC), que foi criado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que diz que a pessoa com deficiência cuja renda per capita familiar não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, a pessoa também tem o direito de receber o benefício de prestação contínua, representando um papel assistencialista.

De modo geral, podemos perceber que o COMUDE Descalvado prioriza algumas metas para favorecimento do acesso aos direitos legais das pessoas com deficiência no município, como por exemplo, desenvolver e implantar o Plano de Acessibilidade do Município; promover o censo municipal para se aprimorar e acompanhar o número de pessoas com deficiência; priorizar o acesso às pessoas com deficiência no município; desenvolver plano de ação de adequação dos veículos da frota municipal às pessoas com deficiência; priorizar o atendimento e acesso aos estudos e estabelecimentos de ensino a todas as pessoas com deficiência; implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística do município; desenvolvimento de um plano de ação para empregabilidade das pessoas com deficiência; promover plano de ação para promoção e desenvolvimento do esporte, lazer e cultura para pessoas com deficiência; desenvolver plano de ação em parceria com o Estado e a União para atendimento das necessidades das pessoas com deficiência no município.

Enquanto interlocutor nesse processo, na voz de seu Conselheiro Geraldo representante legal, podemos afirmar que este Conselho tem desempenhado importante canal de acesso aos direitos das pessoas com deficiência, tal como é proposto nas Diretrizes para criação de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2007), apresenta as informações de como devem ser criados os Conselhos Municipais da pessoa com deficiência, que tem papel de interlocutor do Poder Público com a sociedade. É um órgão de representação das pessoas com deficiência e tem a função de elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível trazer como resultado da pesquisa a importância que os movimentos sociais das pessoas com deficiência tiveram para o surgimento dos Conselhos, sendo que as primeiras preocupações com os direitos das pessoas com deficiência surgiram em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constat – IBC) e em 1856, com o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) (LANNA, 2010).

Já o primeiro movimento associativista das pessoas com deficiência foi na década de 1950, composto por pessoas com deficiência visual, que lutavam por seus interesses econômicos e espaço social. Logo em seguida surgiu o movimento dos surdos que defendia a Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS), a cultura e a identidade surda (LANNA, 2010).

Com o levantamento dos trabalhos feito no portal da CAPES nota-se como é pequeno o número de trabalhos direcionados para o tema Conselhos das Pessoas com Deficiência, mesmo assim não deixa de ser um tema de grande importância e que deve ser mais estudado. Foi possível também conhecer diferentes objetivos e resultados em pesquisas desse tema.

Em relação ao estudo dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, foi possível observar que os três se desenvolvem juntos e seguem o mesmo modelo de criação e execução, todos são formados à partir de movimentos criados pelas próprias pessoas com deficiência. Foi possível notar também que em algumas situações os dados da realidade não batem com os dados publicados em sites, fazendo com que muitos Conselhos fiquem silenciados.

Com a entrevista feita com o presidente de um Conselho Municipal do Deficiente, foi possível notar que as metas estipuladas em reuniões estão sendo cumpridas de acordo com o possível e sempre recebendo o apoio da Prefeitura Municipal.

Enfim, com todas essas informações: levantamento de dados, análise de documentos e entrevista é possível notar que o ideal é que este trabalho tenha continuidade, podendo trazer maiores informações sobre o tema Conselho do Deficiente e principalmente aprofundar nos primórdios desses Conselhos, ou seja, os movimentos sociais e políticos que foram criados para defender as pessoas com deficiência.

Com este trabalho de conclusão de curso, foi possível refletir de maneira ampla, o quanto importante e úteis, os conhecimentos conquistados com o decorrer da graduação de Licenciatura em Educação Especial será essencial para uma carreira de sucesso nesta área.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Maria L. B. *Os portadores de deficiência no conselho de Saúde*. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (org). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Polis, 2000. p. 49-52.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BONFIM, Raimundo. *A atuação dos movimentos sociais na implantação e consolidação de políticas públicas*. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (org). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Polis, 2000. p. 63-67.

BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 12-set-2011.

BRASIL, MEC. CAPES. *Banco de Teses*. Disponível em: <www.capes.gov.br> Acesso em: 02-set-2011.

BRASIL, MEC. *Conselho Nacional do Deficiente*. Disponível em: <portal.mj.gov.br/conade> Acesso em 12-set-2011.

CRESPO, Ana M. M. *Da Invisibilidade à Construção da Própria Cidadania. Os Obstáculos, as Estratégias e as Conquistas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil, através das Histórias de Vida de Seus Líderes*. 386p. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo. 2009.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Política municipal dos direitos da pessoa com deficiência*. São Paulo, 2009. 72p.

_____ ; Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas – Cogep. *Acessibilidade nos municípios: como aplicar o decreto 5296/04*. 2 ed. São Paulo, 2009. 208p.

GOMES, Ana Lúcia. *Histórico da Política de Assistência Social no Brasil*. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (org). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Polis, 2000. p. 22-26

LANNA JUNIOR, Mario Cleber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

NEVES, Tania R. L. *Movimentos Sociais, Auto-Advocacia e Educação para a Cidadania de Pessoas com Deficiência Mental*. 131p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. São Paulo. 2000.

_____ ; MENDES, Enicéia G. *Conselhos de Defesa de Direitos de Pessoas com Deficiência: um exercício de cidadania*. In: COSTA, Maria da Piedade R; DENARI Fátima E. (org) *Educação Especial: Diversidade e Olhares*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006, p. 33-42.

OLIVEIRA, Lilia C. *Visibilidade e Participação Política: Um Estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói*. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação do Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, Niterói, 2010.

PACHECO, Nathalia Jr. *Representações e Propostas de Ação de Atores Específicos do Campo da Pessoa com Deficiência: IDBB e CONADE*. 2010. 139p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Elepaldo C. *Efetividade e eficácia dos Conselhos*. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (org). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Polis, 2000. p. 92-96.

TEIXEIRA, Marina. *Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência*. 2010. 131p. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) Conte-me como surgiu seu interesse em participar do Conselho?
- 2) Conte-me como e quando surgiu este Conselho? Ideias iniciais, precursores?
- 3) Há quanto tempo faz parte do Conselho?
- 4) Como você foi escolhido para ser conselheiro?
- 5) Qual sua função neste espaço? Existem outros membros com outras funções especificadas?
- 6) Como são definidos os assuntos abordados nas reuniões? Quais são os assuntos abordados durante as reuniões?
- 7) Qual a repercussão que este conselho tem nesta cidade?
- 8) Quantas pessoas compõe o corpo do conselho?
- 9) Quais pessoas procuram e por quais motivos este Conselho? Como e em que proporção são atendidas
- 10) Você gostaria de acrescentar alguma consideração e/ou sugestão?

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÃO – CONSELHEIRO COMUDE DESCALVADO

Dados de identificação:

LOCAL DA ENTREVISTA:

DATA:

DATA DE NASCIMENTO:

SEXO:

ESTADO CIVIL:

FORMAÇÃO INICIAL:

CONSELHO:

L: Como surgiu o seu interesse em participar aqui do Conselho?

G: Bom, é, na verdade, por se tratar de uma pessoa também com necessidade especial, nós procuramos algum conselho para poder fazer parte, principalmente nas reivindicações pelos nossos direitos. Então a partir disso eu tive conhecimento de que ele existia. Naquela ocasião, recentemente aprovada uma lei pela vereadora Rosilene Bertolucci, então nós procuramos tomar conhecimento do conselho e dele fazer parte por ser uma pessoa com necessidade especial.

L: Quando surgiu o conselho? Quais eram as idéias principais?

G: O conselho, ele surgiu no ano de 2005, que foi aprovada esta lei da vereadora Rosilene, tinha uma Constituição inicial, depois faltou regulamentar o conselho através de portaria e também de regimento interno e, só foi efetivamente acontecer, no ano de 2009. Houve então, através do prefeito municipal, no caso primeiro ano do prefeito Panone, ele regulamentou a portaria que dava atribuição a nova formação do conselho para elaborar o regimento interno e assim começar a desenvolver as utilidades em prol das pessoas com deficiência do município. Então foi basicamente desta maneira que ressurgiu o conselho né, o COMUDE no caso.

L: E a vereadora Rosilene também é deficiente física né?

G: Exato.

L: Há quanto tempo você faz parte do conselho?

G: Desde 2009. Então, nesse ressurgimento do COMUDE eu fui convidado para assumir a coordenação do COMUDE, já havia uma coordenação anterior, mas praticamente inativa. Tinha livros de ATAs normais, tinha o regimento interno, mas não tinha um pessoal mais atuante na busca e na luta pelos interesses das pessoas com deficiência. Então quando foi em janeiro de 2009 eu assumi a coordenação do COMUDE, já com essa nova diretoria. Desde então nós estamos trabalhando por uma política pública já voltada ao atendimento das pessoas com deficiência e também seguindo aquilo que tinha sido definido no regimento interno do governo.

L: Então, a escolha foi você por você ter ido atrás?

G: Exato.

L: E qual é a sua função aqui? (COMUDE)

G: Eu sou coordenador do COMUDE. Claro que hoje o COMUDE está intimamente relacionado com o meu cargo que é chefe da Sessão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Então, hoje eu acumulo essa função de coordenar e de chefe da Sessão dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

L: E tem outros membros com outras funções?

G: Tem, os outros são conselheiros normais, são 8 membros que fazem parte do COMUDE atualmente. Nós temos representantes da OAB que seria da sociedade civil, nós temos representantes da APAE, nós temos representantes do Poder Público, no caso da prefeitura e, obrigatoriamente, nós temos a participação de 3 pessoas com deficiência. Então hoje os 8 elementos que fazem parte do COMUDE, eles estão dentre essas diversidades.

L: E como que são definidos os assuntos das reuniões?

G: Bom, nós procuramos ver em um contexto real né, hoje a pessoa com deficiência nesse município tem vários desafios. Então hoje nós não temos ainda um transporte coletivo adequado, nós não temos um transporte escolar adequado, nós não temos um plano municipal de acessibilidade inteiramente implantado no município, nós não temos ainda um selo oficial da pessoa com deficiência no município. Enfim nós temos ainda diversos obstáculos, para transpor e, na verdade essa é a pauta maior nas nossas reuniões. Cada reunião traçar uma meta e ir buscando vencer esses obstáculos, seja através de um ofício, seja através de

reivindicações, seja através de mobilização, mas enfim, o que nós queremos é lutar pelo interesse das pessoas com deficiência, ou seja, que o município tenha uma política pública voltada para o interesse das pessoas com deficiência. No meu ponto de vista houve um grande avanço em termos a essa Sessão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que na verdade nessa sessão a gente procura canalizar a reivindicação dessas pessoas, seja com o atendimento de uma órtese, prótese, cadeira de rodas, muleta, andador, seja na busca de um passe escolar, uma solicitação de aparelho ortopédico. Enfim, naquilo que a pessoa com deficiência tiver necessidade, ela vem até a nossa sessão e a gente procura intermediar essa solução para a reivindicação dela.

L: Principalmente em relação à acessibilidade né, já dá para notar na cidade.

G: Isso, está sendo feito gradativamente né.

L: É então, acho que já dá para notar a repercussão na cidade né?

G: Dá.

L: Que agora estão conhecendo o conselho né?

G: Exato. Que já é um trabalho nosso né. Eu particularmente, quando comecei no COMUDE, a primeira coisa que o prefeito pediu para nós foi justamente elaborar um plano municipal de acessibilidade. Que hoje é praticamente uma exigência do governo estadual para que todas as prefeituras trabalhem essa questão da acessibilidade, tendo em vista a copa do mundo e também as olimpíadas. Então, isso já está sendo feito em todos os municípios.

L: E quais são as pessoas que procuram o conselho, por quais motivos? E em que proporção são? Como você falou, procuram mais na parte da saúde, acessibilidade. E na parte educacional?

G: Está meio termo né, hoje um grande parceiro nosso é a APAE, então nós sempre procuramos desenvolver um trabalho em conjunto. Porque lá, embora a APAE tenha suporte, muitas vezes as pessoas precisam de um outro suporte, um suporte externo ao da APAE. Então seja na parte de cadeira de rodas, seja na parte de órteses e próteses. Essas pessoas são encaminhadas aqui para nossa sessão para que a gente possa montar um processinho visando a reivindicação junto ao governo estadual ou até mesmo a prefeitura, nesse sentido de destinar aquela pessoa uma cadeira de roda. Às vezes entramos até na parte social, de indicar uma cesta básica para aquela pessoa com deficiência. Muitas vezes a gente parte para o encaminhamento e até mesmo uma entrevista com a família para saber se há a possibilidade

da concessão do BPC para essa família, se ela já está contemplada com o BPC, se essa pessoa com deficiência está afastada, aposentada. Enfim, a gente faz um estudo para verificar no que podemos dar suporte para fazer valer os interesses das pessoas com deficiência.

L: E BPC é o que?

G: É o Benefício de Prestação Contínua, que é o mecanismo criado pela LOAS que é a Lei Orgânica da Assistência Social, que diz que a pessoa com deficiência cuja renda per capita familiar não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, ela tem o direito de receber o benefício de prestação contínua.

L: E na parte de empregos, tem uma procura constante devido a Lei de Cotas?

G: Aqui nós temos um cadastro municipal e na parte final do cadastro tem uma pergunta: “Qual a sua necessidade do momento”, então nesse cadastro nós temos sim algumas solicitações de emprego. Diante disso nós procuramos enviar ofícios às empresas do município para que eles obedeçam essa lei de cotas. No entanto, nem sempre isso tem sido possível e hoje a nossa, digamos parceria, e o resultado dessa busca do emprego para as pessoas com deficiência, eles estão mais em lojas e supermercados, por exemplo, a Loja Cem consulta nosso cadastro, o Supermercado Jaú consulta nosso cadastro. Então, os mercados e as lojas do município, elas tem utilizado mais e a gente pode perceber isso nesses estabelecimentos comerciais que eles estão empregando mais que as indústrias. Mas a gente tem esse encaminhamento das pessoas com deficiência para o comércio local. Muito embora existe algo que é um contra censo hoje. Nós temos pessoas com deficiência que desejam trabalhar no entanto ou ela já está aposentada ou já fazem parte do BPC. Se elas começarem a trabalhar perdem o BPC. Então hoje a lei deveria permitir as duas coisas, até para você procurar atingir a inclusão, mas se a pessoa está aposentada ou recebendo o BPC e ela arrumou um emprego ela perde, então muitas pessoas com deficiência prefere ficar dentro de casa recebendo. Não querem arriscar um trabalho no comércio.

L: Você tem mais alguma coisa para acrescentar, contar.

G: Eu quero acrescentar que nós, desde 2009 iniciamos esse trabalho, nós já temos várias conquistas né, no sentido ao auxílio para a pessoa com deficiência. Eu disse que nós temos aí vários obstáculos, e foi essa luta diária e a força do COMUDE, hoje o transporte escolar nós já temos 2 ônibus com plataforma de embarque para pessoas com deficiência. No transporte

coletivo o prefeito está desenvolvendo um projeto para que a empresa que ganhar a concessão de transporte coletivo também coloque um veículo com plataforma de embarque. Fora isso, nós já temos pronto nosso selo oficial que vai nos veículos das pessoas com deficiência. Cadastramos aqui quase 380 pessoas com deficiência, no sentido de facilitar a ela qualquer reivindicação que ela tenha, seja a nível de remédios, tratamentos, a própria orientação sobre o BPC, aposentadoria. Agora recentemente a presidenta Dilma lançou um plano de investimento o qual a pessoa com deficiência vai ter empréstimos via Banco do Brasil de até 30 mil reais para aquisição de aparelhos, cadeiras de rodas, acessórios, então todo esse tipo de assistência, nós do COMUDE estamos facultando para a pessoa com deficiência encontrar aqui um suporte para suas reivindicações dela. E isso eu vejo como uma grande conquista já para o município. Porque pelo menos nos já tempo uma sala com atendimento, internet, rampa de acesso, um banco de cadeira de rodas, muletas, enfim, já é algo bem produtivo de 2009 para cá e a gente espera que isso tenha continuidade e crescimento.

L: É notável que em 2 anos o avanço é notável né.

G: Sim, é muito bom!

L: E quanto tempo você deve ficar na presidência do COMUDE, depois é feito eleições?

G: É, agora no final de 2012 vence o mandato desses conselheiros, aí no final do ano tem a escolha dos próximos conselheiros para o outro triênio. Porque é triênio.

L: Bom, acho que é isso. Obrigada.

APÊNDICE C

QUADRO COMPLETO COM OS CONSELHOS DO DEFICIENTE REGISTRADOS NO SITE DO CONADE

Instituição	Natureza	Local
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	Municipal	Maceió-AL
CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Estadual	Salvador-BA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA DE VITÓRIA	Municipal	Vitória-ES
CONSELHO ESTADUAL DO DIREITO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - CONDEF	Estadual	Vitória-ES
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO DEFICIENTE	Estadual	Goiânia-GO
CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONDEP	Estadual	Santo Agostinho-MG
CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CONSEP	Estadual	Campo Grande-MS
CONSELHO MUNICIPAL DE APOIO A PESSOA PORTADORA	Municipal	Campo Grande-MS

DE DEFICIÊNCIA – COMPD		
SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL	Municipal	Cuiabá-MT
CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE APOIO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Estadual	Recife-PE
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Estadual	Teresina-PI
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Municipal	Teresina-PI
CONSELHO ESTADUAL PARA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CEPDE	Estadual	Rio De Janeiro-RJ
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	Municipal	São Gonçalo-RJ
CORDE	Municipal	Natal-RN
CONSELHO ESTADUAL DE APOIO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	Estadual	Porto Velho-RO
COMISSÃO MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMADE	Municipal	Canoas-RS
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONEDE	Estadual	Florianópolis-SC
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA	Municipal	Joinville-SC

PORTADORA DE DEFICIÊNCIA		
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Municipal	Aracaju-SE
CONSELHO ESTADUAL DO DIREITO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Estadual	Aracaju-SE
CONSELHO ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA CEAPPD	Estadual	São Paulo-SP
CONSELHO MUNICIPAL PARA ASSUNTOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	Municipal	São João Da Boa Vista-SP

Fonte: CONADE, 2011.

ANEXO A

Ata de Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P. 13690-000

- I – Representar judicialmente e extrajudicialmente o COMUDE;
- II – Convocar e presidir as reuniões do COMUDE;
- III – Participar das discussões e votar, no caso de empate, nas deliberações do conselho;
- IV - Baixar atos decorrentes das deliberações do COMUDE;
- V - Indicar o conselheiro escolhido pelo plenário, para representar o COMUDE;
- VI - Elaborar, em conjunto com a Secretaria, as pautas das sessões e encaminhar os assuntos que devem ser nela apreciados;
- VII - Dirigir os trabalhos das sessões, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando as discussões e nelas intervindo para esclarecimentos;
- VIII - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho.

Art. 9º - Compete ao Vice - Coordenador do Conselho:

- I - Substituir o coordenador em seus impedimentos ou ausências;
- II - Desenvolver articulações necessárias para o cumprimento das atividades da secretária;
- III - Auxiliar o Coordenador no cumprimento de suas atribuições;
- IV - Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário.

Art. 10º – Compete ao Primeiro Secretário do Conselho:

- I - Secretariar as assembléias ordinárias e extraordinárias, redigindo as respectivas atas;
- II - Supervisionar o recebimento e expedição de correspondências do COMUDE e delas dando ciência aos conselheiros;
- III - Supervisionar e liberar os atos e resoluções a serem emanadas do COMUDE;
- IV - Auxiliar o Coordenador e o Vice - Coordenador no desempenho de suas funções;
- V - Assessorar as Comissões ou Grupos de Trabalhos no que se fizer necessário.

Art. 11º – Compete ao Segundo Secretário do Conselho:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos;
- II - Auxiliar o Primeiro Secretário no cumprimento de suas atribuições.

Art. 12º – Compete ao Tesoureiro:

- I - Manter sob sua guarda os livros, documentos, arquivos e todo material contábil do COMUDE;
- II - Auxiliar o coordenador na gestão econômica financeira do COMUDE;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P. 13690-000

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2009

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, às nove horas, na Casa dos Conselhos localizada à Rua Orderigo Gabrielli nº 577, centro, na cidade de Descalvado, estado de São Paulo, reuniram-se os Conselheiros para a aprovação do Regimento Interno dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A reunião foi presidida pela Coordenadora Sra. Marilda Isabel Lott da Silva e secretariada por mim, Patrícia Carla Fioco Bianchi.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – COMUDE - instituído pela Lei nº 2.641 de 17 de maio de 2006, no âmbito do Município de Descalvado – SP, tem por finalidade deliberar, normatizar, fiscalizar e executar políticas relativas aos direitos da pessoa portadora de deficiência, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de Descalvado está vinculado, administrativamente, à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

§ único - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência será conhecido pela sigla COMUDE.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - O COMUDE tem as seguintes competências:

I - formular e zelar pela efetiva implantação das políticas de interesse das pessoas portadoras de deficiência;

II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais da educação, saúde, trabalho, assistência social, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência;

III - acompanhar a elaboração e a execução de proposta orçamentária, relativa a projetos e programas destinados à pessoa portadora de deficiência;

IV - exigir o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal pertinente aos direitos das pessoas portadoras de deficiência;

V - propor e incentivar a realização de campanhas visando a prevenção de deficiência e a promoção dos direitos que contribuam para a efetiva participação da pessoa portadora de deficiência na vida comunitária;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P. 13690-000

VI - colaborar e orientar na defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência por todos os meios legais que se fizerem necessários;

VII - emitir parecer técnico quanto a trabalhos, campanhas, projetos ou programas que envolvam a pessoa portadora de deficiência;

VIII - manifestar sobre a implantação de equipamentos sociais, iniciativas e propostas, observando as prioridades, conveniência, adequação técnica, social, educativa e cultural, tendo em vista a política traçada para o setor;

IX - manter intercâmbio com entidades governamentais e não governamentais visando troca de informações e projetos;

X - cooperar e participar com entidades governamentais e não governamentais na realização do censo municipal da pessoa portadora de deficiência;

XI - divulgar e fazer cumprir as legislações vigentes que disponham sobre a pessoa portadora de deficiência, denunciando seu descumprimento.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência tem a seguinte organização:

I - Plenário

II - Diretoria Executiva

Art. 5º - O Plenário do COMUDE é o órgão de deliberação plena e conclusiva, configurado pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros titulares com direito a votos, e tem por finalidade cumprir os requisitos de funcionamento previstos neste regimento.

Art. 6º - A Diretoria Executiva será composta por Coordenador, Vice-Coordenador, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Tesoureiro.

Art. 7º - O Conselho exercerá suas funções, decidindo sobre:

I - aprovação dos planos anual e plurianual das atividades do COMUDE;

II - proposta de alteração do Regimento Interno;

III - pedido de licença e de substituição dos Conselheiros;

IV - matérias que lhes sejam encaminhadas e digam respeito aos direitos da pessoa portadora de deficiência, observada a competência do COMUDE;

V - ratificação de convênios, protocolos e acordos com órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais, públicos ou privados.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA ÓRGÃO DO CONSELHO

Art. 8º - Compete ao Coordenador do Conselho:

